



SEÇÃO JUDICIÁRIA DO TOCANTINS

EDITAL DE LICITAÇÃO

Senhor Licitante,

Solicito a V.S^a preencher o recibo de entrega de editais abaixo, remetendo-o a Seção de Compras e Licitações, por meio do e-mail selit.to@trfl.jus.br.

A não remessa de recibo exime o Pregoeiro da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais, que serão divulgadas no *site* da Seção Judiciária do Tocantins na Internet (www.to.trfl.gov.br) na opção consulta “transparência - licitações”.

Palmas - TO, 27 de novembro de 2023.

Sidney Martins Jales

Pregoeiro

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2023

PAe nº 2955-47.2023.4.01.8014

Razão Social: _____

CNPJ: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado: _____ Telefone: _____ Fax: _____

E-mail para cont@to: _____

Nome do Representante para contato: _____

Assinale com “x”, no parêntese abaixo, o *site* pelo qual recebeu cópia do instrumento convocatório acima identificado:

() www.to.trfl.jus.br

() www.comprasgovernamentais.gov.br

Data de retirada: ____ / ____ / ____

Assinatura / CNPJ

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO TOCANTINS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2023

PAe nº 2955-47.2023.4.01.8014

A JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO TOCANTINS, por seu Pregoeiro e Equipe de

Apoio designados pela Portaria nº 56/2023 (19235554), de 08 de fevereiro de 2023, torna público que realizará licitação, sob a modalidade **PREGÃO**, forma **ELETRÔNICO**, do tipo menor preço, regida pelas disposições contidas na Lei nº. 10.520, de 17.07.2002, no Decreto nº 10.024, de 20.09.2019 aplicando-se subsidiariamente a Lei nº. 8.666/1993, de 21.06.1993, e suas alterações, demais normas que regem a matéria, pelas condições e exigências constantes do presente Edital.

1 - DA ABERTURA

1.1 - No dia, hora e local abaixo indicados se fará a abertura do certame:

DATA: 11/12/2023

HORA: 09h00m (horário de Brasília/DF)

LOCAL: www.gov.br/compras

1.2 - Não havendo expediente na data marcada, ficará a reunião adiada para o primeiro dia útil subsequente, mantidos o mesmo horário e local, salvo disposição em contrário;

1.3 - O Edital estará disponível no *site* da Justiça Federal – TO, na Internet (www.to.trfl.jus.br), na opção consulta “licitações” e no www.gov.br/compras.

2 - DO OBJETO

2.1 - A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para **fornecimento de Seguro Predial para a Seção Judiciária do Tocantins (Edifícios Sede e Anexo) e para as Subseções de Araguaína (Edifícios Sede e Anexo) e Gurupi/TO (Edifício Sede)**, com as características e especificações constantes do Termo de Referência, **ANEXO I** deste Edital.

3 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 - **Poderão participar deste Pregão Eletrônico** os interessados que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus anexos, e que estiverem devidamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, no site: www.gov.br/compras.

3.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

3.2 - O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

3.3 - O credenciamento junto ao [comprasnet](http://www.gov.br/compras) implica a responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

3.4 - O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à Seção Judiciária do Tocantins responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.5 - **Não será permitida a participação de empresas:**

1. concordatárias ou com falência decretada, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
2. que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração suspensos ou que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou para contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, por meio de ato publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo órgão que o praticou, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição;
3. Empresas estrangeiras que não funcionem no país;
4. que não atendam às condições deste Edital e seus(s) anexo(s)

3.6 - **Como condição para a participação neste Pregão Eletrônico, a licitante deverá, em campo próprio do sistema eletrônico, no ato da elaboração e envio da proposta de preços, efetuar as seguintes declarações:**

- 3.6.1. Inexistência de fato superveniente que o impeça de participar do certame;
- 3.6.2. Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
- 3.6.3. Concordância com as condições estabelecidas neste Edital e que atende aos requisitos de habilitação;
- 3.6.4. Atendimento aos requisitos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, no caso de microempresas e empresas de pequeno porte;
- 3.6.5. Elaboração independente de proposta, consoante Instrução Normativa nº 02, de 17 de setembro de 2009.
- 3.6.6. Relativo a empregados não executando trabalho degradante, nos termos do inciso III e IV do art. 1º e no inc. III do art. 5º da CF.
- 3.6.7. informando se os serviços são produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

3.7 - A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

4. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

4.1. Para participar do Pregão Eletrônico, a licitante deverá se credenciar no sistema “**PREGÃO ELETRÔNICO**” através do site www.gov.br/compras.

4.1.1. O credenciamento far-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

4.1.2. O credenciamento da licitante, bem como a sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil, que também será requisito obrigatório para fins de habilitação.

4.1.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão Eletrônico.

4.2. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à Justiça Federal – Seção Judiciária do Tocantins, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão a **proposta** com a descrição do objeto ofertado e o preço, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, **concomitantemente com os documentos de habilitação** exigidos no edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. O envio da **proposta, acompanhada dos documentos de habilitação** exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.4 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a **proposta e os documentos de habilitação** anteriormente inseridos no sistema;

5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

1. De forma clara e detalhada as especificações e condições em que se propõe a segurar os bens referidos no Anexo I deste Edital, não se admitindo propostas alternativas;
2. **Preço/prêmio unitário e total de cada item/edificação e valor global do prêmio para o grupo único**, em moeda corrente nacional, em algarismos, com duas casas decimais, e por extenso, compatíveis com os preços correntes no mercado. Em caso de divergência entre o preço unitário e o total, prevalecerá o primeiro e entre os valores em algarismos e os expressos por extenso, serão levados em conta estes últimos;
3. No preço deverão estar incluídas todas as despesas que influam no custo, tais como: custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens;
4. informar o prazo de entrega das apólices, manuais e demais documentos relacionados com o seguro dos bens móveis e/ou imóveis, que não poderá ser superior a 15 (quinze) dias úteis da data do recebimento do valor do prêmio;
5. fixar o valor do prêmio levando em consideração:

5.1) os **eventuais descontos (RENOVAÇÃO)** a que a Seção Judiciária do Tocantins tiver direito, tendo em vista que os bens móveis e imóveis referidos no Anexo I deste Edital, **relativos ao seguro anterior** dos prédios da Seccional de Palmas e das Subseções de Araguaína e de Gurupi-TO, que já foram objeto de apólice anterior;

5.2) o fato de que a Seção Judiciária do Tocantins goza de imunidade em relação ao IOF;

5.3) a condição segundo a qual o pagamento do valor do prêmio será efetuado de uma só vez;

5.4) as importâncias constantes do Anexo I deste Edital, atribuídas aos bens móveis e imóvel a serem segurados;

5.5) todos os riscos a serem cobertos, assim como a vigência das apólices será de 12 (doze) meses, compreendida no

período de 00:00 horas do dia 01/01/2024 às 24:00 horas do dia 31/12/2024;

6. Prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da sessão deste pregão eletrônico. As propostas que omitirem o prazo de validade serão entendidas como válidas pelo período supracitado;
7. Conter os seguintes dados da licitante: Razão Social, endereço, telefone/fax, número do CNPJ/ME, e-mail, se houver, Banco, agência, número da conta-corrente e praça de pagamento;

6.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.3. Não sendo emitida a Nota de Empenho dentro do prazo de validade da proposta vencedora, esta poderá ser prorrogada por até 60 (sessenta) dias se o proponente, consultado pela Justiça Federal, assim concordar.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO E DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

8. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

8.1. Iniciada a etapa competitiva (sessão pública), os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.2. Os lances deverão ser formulados pelo **VALOR TOTAL GLOBAL** proposto para os **ITENS AGRUPADOS (GRUPO ÚNICO)**.

7.2.1 - VALOR ESTIMADO TOTAL GLOBAL DO PRÊMIO PARA ESTA CONTRATAÇÃO: R\$42.947,08

8.3. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

8.4. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema.

8.5. O intervalo mínimo de diferença de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **0,5% (zero vírgula cinco por cento)**, conforme artigo 31, parágrafo único do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019.

8.6. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

8.7. Será adotado para o envio de lances deste pregão eletrônico o MODO DE DISPUTA “ABERTO”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.8. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.9. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.10. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

8.11. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Pregoeiro, assessorado pela Equipe de Apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

8.12. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia;

8.12.1. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

- 8.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 8.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 8.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 8.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

9. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 9.1. O Critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO GLOBAL DO PRÊMIO PARA O LOTE ÚNICO**, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 9.2. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 9.3. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 9.2. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 9.3. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 9.4. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 9.5. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 9.6. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.
- 9.7. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado..
- 9.8. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:
- no país;
 - por empresas brasileiras;
 - por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- 9.9. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.
- 9.10. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 9.10.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 9.10.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 9.11. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

- 10.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.
- 10.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº

1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

10.2.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

10.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

10.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

10.5. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

10.6. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

10.7. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

10.8. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

10.8.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

10.8.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.9. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

10.10. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

11. DA HABILITAÇÃO

11.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

11.1.1. SICAF;

11.1.2. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)

11.1.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

11.1.3.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

11.1.3.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

11.1.3.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

11.1.4. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inhabilitado, por falta de condição de participação.

11.1.5. No caso de inhabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

11.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

11.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

11.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

11.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

11.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

11.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

11.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

11.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

11.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

11.7. Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

11.8. Habilitação Jurídica:

11.8.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

11.8.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

11.8.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

11.8.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

11.8.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

11.8.6. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

11.9. Regularidade Fiscal e Trabalhista: verificada na consulta SICAF - item 11.1.1.

11.10. Qualificação Econômico-Financeira: Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

11.11. Qualificação Técnica:

11.11.1. **Prova de regularidade**, emitida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, que comprove que a licitante está apta a operar no mercado segurador brasileiro;

11.11.2. **Atestado ou Declaração de Capacidade Técnica**, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a boa qualidade dos serviços prestados, compatível com o objeto licitado;

11.11.3. **Declaração** da seguradora indicando o nome da corretora credenciada, seu endereço (preferencialmente em Palmas/TO), telefone e número do CNPJ;

11.12. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

12. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

12.1. Qualquer pessoa até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública poderá solicitar esclarecimentos referentes ao processo licitatório.

12.2. Os pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados ao pregoeiro exclusivamente por meio eletrônico via internet, através do e-mail selit.to@trfl.jus.br.

12.3. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

12.3.1. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a

administração.

13. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

13.1. Qualquer pessoa até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública poderá impugnar o ato convocatório do pregão eletrônico.

13.2. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

13.3. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

14.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

14.2. As razões do recurso de que trata o caput deverão ser apresentadas no prazo de três dias.

14.3. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias, contado da data final do prazo do recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

14.4. A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do disposto no caput, importará na decadência desse direito, e o pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

14.4.1. Intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que a licitante pretende que sejam revistos pela autoridade superior àquela que proferiu a decisão.

14.5. O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

14.6. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.7. Se não reconsiderar sua decisão o Pregoeiro submeterá o recurso, devidamente informado, à consideração da Diretoria do Foro da Justiça Federal – Seção Judiciária do Tocantins, que proferirá decisão definitiva antes da homologação do procedimento.

14.8. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto e homologará o procedimento licitatório.

15. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

15.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

15.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

15.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

15.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

15.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

15.2.2. A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

16. DO TERMO DE CONTRATO

16.1 - Será firmado contrato com a licitante vencedora, o qual tomará por base o disposto nos arts. 54 a 59 da Lei nº 8.666/1993, as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, bem como, as constantes da proposta apresentada pela adjudicatária.

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA - conforme Minuta de Contrato - Anexo III deste Edital.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE - conforme Minuta de Contrato - Anexo III deste Edital.

19. DO PAGAMENTO - conforme Minuta de Contrato - Anexo III deste Edital.

20. DAS PENALIDADES

20.1. A licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, comportar-se de modo inidôneo,

deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida no certame, cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

20.1.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de suspensão de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

20.2. As sanções deverão ser aplicadas de forma gradativa, obedecidos os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

20.3. As sanções serão aplicadas após regular processo administrativo com garantia de defesa prévia.

20.4. Configurado o descumprimento da obrigação contratual, será o contratado notificado da infração e da penalidade correspondente, para, no prazo de cinco dias úteis, apresentar defesa.

20.5. Recebida a defesa, o Diretor do Foro da Seção Judiciária do Tocantins deverá manifestar-se, motivadamente, sobre o acolhimento ou rejeição das razões apresentadas, para concluir pela imposição ou não da penalidade.

20.6. A inexecução total ou parcial do fornecimento do objeto, assim como a execução irregular, ou com atraso injustificado, sujeitará o contratado, garantida a prévia defesa, à aplicação das seguintes sanções:

I – advertência;

II - multa;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

20.7. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar, aceitar ou retirar o contrato ou instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido pela Administração ensejará a multa correspondente a 20% do valor a ele adjudicado.

20.8. A inexecução total do contrato ensejará a aplicação de multa de 30% do valor do ajuste.

20.9. As multas por atraso serão aplicadas na seguinte conformidade:

I – atraso de até 15 dias: multa de 0,2% x dias de atraso x valor referente às obrigações não cumpridas.

II - atraso de 16 até 30 dias: multa de 0,3% x dias de atraso x valor referente às obrigações não cumpridas.

III - atraso de 31 até 60 dias: multa de 0,4% x dias de atraso x valor referente às obrigações não cumpridas.

IV – atraso superior a 60 dias será considerado inexecução total do ajuste.

20.10. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a outra.

20.11. Poderá ser prorrogado o prazo de entrega do objeto desde que a contratada apresente justificativa devidamente fundamentada e por escrito, nos casos previstos pelo art. 57, § 1º, incisos I a VI, da Lei N. 8.666/93, e alterações posteriores.

20.12. A solicitação de prorrogação, contendo o novo prazo para entrega do objeto, deverá ser dirigida à Secretaria Administrativa – SECAD – e protocolizada na Seção de Protocolo e Arquivo Administrativo – SECAM – desta Seccional, no horário de 9h às 18h (horário local), até a data de vencimento do prazo de entrega inicialmente estipulado, ficando a critério da Seção Judiciária a sua aceitação.

21. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

21.1. As despesas decorrentes da contratação do objeto deste instrumento, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Justiça Federal de Primeiro Grau - Seção Judiciária do Tocantins para atender a Seccional de Palmas e as Subseções de Araguaína e de Gurupi/TO.

21.2. Para fazer face à despesa, serão emitidas Notas de Empenhos pela Seção de Programação e Execução Orçamentária e Financeira desta Seccional, para cada Unidade segurada a ser atendida.

22. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

22.2. A critério do Juiz Federal Diretor do Foro da Seção Judiciária do Tocantins a presente licitação poderá ser:

22.2.1. Adiada, por conveniência exclusiva da Administração;

22.2.2. Revogada, a juízo da Administração, se considerada inoportuna ou inconveniente ao interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta;

22.2.3. Anulada, se houver ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

22.3. A anulação do procedimento licitatório induz à da contratação.

22.4. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase desta licitação, promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução de assunto relacionado ao presente Edital.

22.5. A licitante é responsável administrativa, civil e penalmente pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação.

22.6. Na contagem dos prazos previstos neste Edital excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

22.7. Cópia do edital e seus anexos poderão ser obtidos nos horários de 9h às 18h (horário local), junto à Seção de Compras e Licitações (SELIT - fone: (63)3218-385) ou ainda através da internet nos sites www.comprasgovernamentais.gov.br ou www.to.trfl.jus.br ou pelo e-mail selit.to@trfl.jus.br.

22.8. Independentemente de declaração expressa, a simples participação neste certame implicará na aceitação plena das condições estipuladas no presente Edital e submissão às normas nele contidas.

22.9. São partes integrantes deste Edital os seguintes documentos:

Anexo I	- Termo de Referência;
Anexo II	- Modelo de Proposta
Anexo III	- Minuta de Contrato

22.10. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor.

22.11. Maiores informações acerca da presente licitação e/ou quaisquer dados necessários à complementação das especificações poderão ser obtidos junto à Seção de Compras e Licitações (SELIT), no edifício sede da Seção Judiciária do Tocantins, situado na Av. Teotônio Segurado, Quadra 201 Norte, Conjunto 1, Lotes 3/4, Palmas (TO), ou pelo fone (63) 3218 3858, nos dias úteis, das 9h às 18h (horário local).

Palmas(TO), 27 de novembro de 2023.

Sidney Martins Jales

Pregoeiro

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1 – OBJETO

Contratação de empresa especializada em prestação de serviços continuados de seguro para os prédios da **Seção Judiciária – Seccional em Palmas/TO (Sede e Anexo)** e das **Subseções Judiciárias de Araguaína/TO (Sede e Anexo)** e **Gurupi/O (Sede)**, inclusive os móveis, máquinas e utensílios.

O **objeto é de simples entendimento** pelas empresas apenas pela leitura deste Termo de Referência e anexos, não causando dúvidas que possam prejudicar as respectivas propostas de preço, não havendo, ainda grandes complexidades tecnológicas, sendo, pois, considerados serviços comuns de manutenção.

2 – JUSTIFICATIVA

A aquisição de seguro predial é decorrente da necessidade da Administração prevenir-se de eventuais sinistros que possam ocorrer nos prédios da Seccional e das Subseções Judiciárias de Araguaína e Gurupi da Justiça Federal no Estado do Tocantins e será atendida por meio de licitação, modalidade pregão, forma eletrônica, com amparo legal nas leis n. 10.520/2002, 8.666/1993 e Decreto n. 10.024/2019.

3 – COBERTURAS DO SEGURO

As coberturas contratadas que devem estar indicadas expressamente na apólice de seguro, conforme relação abaixo:

3.1 – COBERTURA BÁSICA

Incêndio, raio, explosão, vendaval, queda de granizo, tornado, ciclone, furacão, queda de aeronaves, impacto de veículos, danos elétricos e responsabilidade civil de operações.

4 – PRAZO DE ENTREGA DAS APÓLICES E VIGÊNCIAS DAS APÓLICES DE SEGURO PREDIAL

4.1. O prazo de entrega não deverá ultrapassar **30 (trinta) dias corridos**, contados a partir do dia subsequente ao do recebimento do pedido formal, por parte da Contratada juntamente com a nota de empenho.

4.2. As apólices de cada sede ou anexo das respectivas Unidades serão individuais, e deverão contemplar a vigência do seguro de 12 (doze) meses, com início às **00:00 horas do dia 01/01/2024 e término às 24:00 horas do dia 31.12.2024** e ao final de cada período deverão ser endossadas / renovadas conforme estabelecido no contrato.

5 – OCORRÊNCIAS DE SINISTROS / RENOVAÇÃO DO SEGURO ATUAL

Para efeito de contratação/renovação do seguro atual, não consta ocorrência de sinistro envolvendo os prédios sedes ou anexos da Seccional de Palmas/TO e das Subseções de Araguaína/TO e Gurupi/TO.

6 – DANOS ELÉTRICOS E RESPONSABILIDADE CIVIL

Para efeito de cobertura, serão considerados os valores relacionados no Anexo II deste Termo de Referência.

7 – PRÉDIOS E BENS A SEREM SEGURADOS

ITEM	PRÉDIO	LOCALIZAÇÃO	INÍCIO DA VIGÊNCIA DO SEGURO
01	<p>Prédio-sede e anexo da Justiça Federal de 1º Grau no Tocantins, inclusive os móveis, máquinas e utensílios.</p> <p>Itens de segurança: Extintores, sprinklers, detectores de fumaça, hidrantes e sinalização de emergência.</p> <p>Estrutura: Edificação com pilares, vigas e lajes metálicas, vedações externas em alvenaria e internas no gesso acartonado. Os acabamentos das paredes externas são em granito e pele de vidro. A cobertura possui telhas metálicas e lajes impermeabilizadas.</p>	<p>Edifício Sede da SJTO - Quadra 201 Norte, Conjunto 1, Lote 2A, Palmas – TO</p> <p>CEP: 77.001-128</p>	<p>A partir das 00:00 hora do dia 01/01/2024</p>
02	<p>Prédio-sede e anexo da Subseção Judiciária de Araguaína-TO, inclusive móveis, máquinas e utensílios.</p> <p>Itens de segurança: Extintores, hidrantes e sinalização de emergência.</p> <p>Estrutura: Edificação com pilares, vigas e lajes concreto armado, vedações em alvenaria e esquadrias em vidro temperado. A cobertura é metálica com telhas termoacústicas.</p>	<p>Edifício Sede da SSJARN, Av. José de Brito Soares, Quadra M12, Lote 05, Bairro Anhanguera, Araguaína – TO</p> <p>CEP: 77.818-530</p>	<p>A partir das 00:00 hora do dia 01/01/2024</p>
03	<p>Prédio-sede da Subseção Judiciária de Gurupi -TO, inclusive móveis, máquinas e utensílios.</p> <p>Itens de segurança: Extintores e sinalização de emergência.</p> <p>Estrutura: Edificação com pilares, vigas e lajes concreto armado, vedações em alvenaria e esquadrias em vidro temperado. A cobertura é mista com madeira e estrutura metálica com telhas de fibrocimento e cerâmicas.</p>	<p>Av. São Paulo, n. 1.680, Gurupi – TO CEP: 77.403-040</p>	<p>A partir das 00:00 hora do dia 01/01/2024</p>

8 – VALOR DE REFERÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

O valor global estimado da despesa é de **R\$ 42.947,08 (quarenta e dois mil, novecentos e quarenta e sete reais e oito centavos)**, conforme estimativas das contratações anteriores.

9. DO LOCAL PARA ENTREGA

9.1. A(s) apólice(s) objeto deste Termo de Referência, deverá(ão) ser(em) entregue(s) impressos e em vias originais assinadas, no local abaixo relacionado, em conformidade com a(s) Nota(s) de Empenho, emitida(s) pela Contratante:

UNIDADE (1)	ENDEREÇO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO TOCANTINS	QUADRA 201 NORTE, CONJUNTO I, LOTE 2A, PALMAS - TO.

10 - PROPOSTA

10.1. A proposta deverá conter a descrição de cada edificação e os valores dos prêmios, conforme modelo de formulação de proposta, constante do **Anexo III** deste Termo de Referência.

10.2. Os preços cotados deverão ter alíquota de IOF igual a zero, em conformidade com o disposto no § 3º do art. 2º do Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007.

10.3. Apresentar, juntamente com a proposta, declaração:

10.3.1. De Vistoria, emitida pelo licitante, no caso de realização da vistoria, conforme item 5, ou;

10.3.2. De que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos serviços, assumindo total responsabilidade pela ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de sua omissão na verificação dos bens móveis e imóveis, com vistas a proteger o interesse da Administração na fase de execução do contrato, nos termos do Acórdão 1174/2008 – Plenário - TCU.

11 - DO CONTRATO

11.1 - Será firmado contrato que vigorará por 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 57, inciso II da Lei nº 8.666/1993 e suas posteriores alterações. meses.

12 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Emitir a apólice de seguro no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, após a assinatura do contrato, consoante prazo regulamentar estabelecido pela superintendência de seguro privado - SUSEP;

12.2. Entregar a apólice do seguro no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, após a assinatura do contrato, **por meio eletrônico com confirmação de recebimento ou à SESEG-TO, na Avenida Teotônio Segurado, Quadra 201 Norte, Conjunto 01, Lote 2-A, CEP 77.001-128, em Palmas - TO, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, no horário compreendido entre 09 e 18 horas;**

12.3. O fato de a SEGURADORA deixar de entregar a apólice no prazo estipulado não invalida a aplicação, dentro do prazo e termos previstos neste instrumento, da cobertura deste serviço em ocorrências de sinistros e/ou problemas correlatos, bem como a aplicação das penas previstas em lei;

12.4. Colocar à disposição da Contratante, 24 horas por dia, durante os 07 dias da semana, central de atendimento para aviso de ocorrência de sinistro, a qual poderá ser acionada por e-mail, telefone, fax ou serviço online;

12.5. Cumprir com as normas estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, inerentes às condições determinadas no presente Termo de Referência;

12.6. A SEGURADORA permanece como única e total responsável perante o SEGURADO, inclusive do ponto de vista técnico, respondendo pela qualidade e presteza no atendimento, principalmente, quando da regularização de situações decorrentes de eventuais sinistros;

12.7. Ocorrendo sinistro dentro do prazo de pagamento do prêmio, sem que o mesmo tenha sido efetuado, o direito à indenização não ficará prejudicado se o SEGURADO cobrir o débito até a data do vencimento, ou no 1º dia útil subsequente, caso este ocorra em finais de semana ou feriados ou ainda por motivos aos quais não deu causa direta ou indiretamente.

12.8. Ocorrendo sinistro, A SEGURADORA deverá realizar a liquidação dos sinistros, em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados a partir do cumprimento de todas as exigências feitas ao segurado.

12.9. A SEGURADORA deverá acatar a quaisquer alterações, tais como inclusão, substituição e exclusão de imóvel na apólice poderão ser solicitadas pelo SEGURADO e processadas pela SEGURADORA, mediante endosso;

12.10. A emissão de Endosso não deverá ser superior ao prazo de 15 (quinze) dias a contar de pedido expresso do SEGURADO.

13 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1. Permitir e facilitar a vistoria dos bens imóveis e móveis;

13.2. Apresentar à SEGURADORA todos os documentos referentes à ocorrência do sinistro e de pagamento do prêmio do seguro, bem como todas as informações ou esclarecimentos relativos a documentos e condições necessárias para cobertura securitária dos imóveis segurados;

13.3. Comunicar à contratada quaisquer alterações em relação à inclusão/exclusão de bens;

13.4. Comunicar à contratada a ocorrência de sinistro, por escrito e imediatamente após sua ocorrência, indicando os danos sofridos e o valor estimado do prejuízo;

14 - DA HABILITAÇÃO

14.1. Como condição de habilitação no Certame, deverá a licitante **apresentar prova de Regularidade, emitida pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP**, que comprove que a seguradora está legalmente autorizada a operar e que se encontra com suas reservas técnicas cobertas e adequadas;

15 - DA VISTORIA

15.1. Às licitantes será facultada realização de vistoria prévia, devidamente agendada com a SESEG-TO, pelo telefone (63) 3218-3861 das 08h00min às 15h00min, para levantamento e análise do risco pelo qual se responsabilizará, no caso de contratação do seguro;

15.1.1. Durante a vistoria, poderão dirimir as dúvidas, realizar medições, verificar as instalações e tomar conhecimento das reais condições dos bens que serão segurados;

15.2. As empresas licitantes não poderão alegar desconhecimento das características do objeto mesmo que optem por não vistoriá-lo;

15.3. Caso a empresa opte por não realizar a vistoria deverá declarar que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade pela ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de sua omissão na verificação dos bens móveis e imóveis, com vistas a proteger o interesse da Administração na fase de execução do contrato, nos termos do Acórdão 1174/2008 – Plenário - TCU.

15.3.1. Em havendo a realização da vistoria, deverá ser apresentada, juntamente com a proposta, a devida declaração emitida pela DIENG.

16. PENALIDADES:

16.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes penalidades previstas **no art. 7º, da Lei nº 10.520/2002 e do art. 87, da Lei nº 8.666/1993, aplicada de forma subsidiária à modalidade pregão, consoante estabelece o art. 9º da Lei n.º 10.520/2002.**

17 – VALOR DE REFERÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

O valor global estimado da contratação é de **R\$42.947,00 (quarenta e dois mil, noventa e quarenta e sete reais)**, conforme estimativas das contratações anteriores, propostas de mercado e pesquisa no banco de preços (19220270, 19220279 e 19221027) e após, foi realizada a análise da crítica dos preços 19223674 onde se chegou à conclusão do valor acima informado.

Palmas, 22 de novembro de 2023.

Vinícius Sousa Costa
SESEG-TO/SECAD-TO

ANEXOS I DO TERMO DE REFERÊNCIA - DETALHAMENTO DAS COBERTURAS

Ed. Sede - Seção Judiciária no Tocantins - Quadra 201 Norte, Conjunto 1, Lote 2A, Palmas – TO CEP: 77.001-128 Área: 5.848,58 m² (Escritórios)			
Coberturas	Risco	LMI	Franquias
Incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza	Absoluto	R\$ 27.500.000,00	<i>sem franquias</i>
Vendaval, Granizo, Queda de aeronaves e impactos de Veículos	Absoluto	R\$ 2.750.000,00	<i>até 10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$500,00</i>
Danos elétricos	Absoluto	R\$ 2.750.000,00	<i>até 10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$500,00</i>

Responsabilidade civil	Absoluto	R\$ 1.400.000,00	<i>sem franquias</i>
------------------------	----------	---------------------	----------------------

Ed. Anexo - Seção Judiciária no Tocantins- Quadra 201 Norte, Conjunto 1, Lote 2A, Palmas – TO CEP: 77.001-128 Área: 3.898,19 m² (Escritórios)			
Coberturas	Risco	LMI	Franquias
Incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza	Absoluto	R\$ 13.000.000,00	<i>sem franquias</i>
Vendaval, Granizo, Queda de aeronaves e impactos de Veículos	Absoluto	R\$ 1.500.000,00	<i>até 10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$500,00</i>
Danos elétricos	Absoluto	R\$ 1.500.000,00	<i>até 10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$500,00</i>
Responsabilidade civil	Absoluto	R\$650.000,00	<i>sem franquias</i>

Ed. Sede - Subseção Judiciária de Araguaína - Av. José de Brito Soares, Quadra M12, Lote 05, Bairro Anhanguera, Araguaína – TO CEP: 77.818-530 Área: 1.049,01 m² (Escritórios)			
Coberturas	Risco	LMI	Franquias
Incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza	Absoluto	R\$ 4.350.000,00	<i>sem franquias</i>
Vendaval, Granizo, Queda de aeronaves e impactos de Veículos	Absoluto	R\$ 450.000,00	<i>até 10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$500,00</i>
Danos elétricos	Absoluto	R\$ 900.000,00	<i>até 10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$500,00</i>
Responsabilidade civil	Absoluto	R\$250.000,00	<i>sem franquias</i>

Ed. Anexo - Subseção Judiciária de Araguaína - Av. José de Brito Soares esquina com rua Caracas, Quadra 01, s/n, lote 24, Bairro Centro, Araguaína-TO CEP: 77.800-000 Área: 508,35 m² (Escritórios)			
Coberturas	Risco	LMI	Franquias
Incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza	Absoluto	R\$ 2.000.000,00	<i>sem franquias</i>
Vendaval, Granizo, Queda de aeronaves e impactos de Veículos	Absoluto	R\$ 200.000,00	<i>até 10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$500,00</i>
Danos elétricos	Absoluto	R\$ 350.000,00	<i>até 10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$500,00</i>
Responsabilidade civil	Absoluto	R\$200.000,00	<i>sem franquias</i>

Ed. Sede - Subseção Judiciária de Gurupi - Av. São Paulo, n. 1.680, Gurupi – TO CEP: 77.403-040
CEP: 77.403-040
Área: 782,39 m²
(Escritórios)

Coberturas	Risco	LMI	Franquias
Incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza	Absoluto	R\$ 4.500.000,00	<i>sem franquia</i>
Vendaval, Granizo, Queda de aeronaves e impactos de Veículos	Absoluto	R\$ 450.000,00	<i>até 10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$500,00</i>
Danos elétricos	Absoluto	R\$ 900.000,00	<i>até 10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$500,00</i>
Responsabilidade civil	Absoluto	R\$250.000,00	<i>sem franquia</i>

ANEXOS II DO TERMO DE REFERÊNCIA - LOCALIZAÇÃO DOS IMÓVEIS E VALORES A SEREM SEGURADOS

ITEM	PRÉDIO	LOCALIZAÇÃO	INÍCIO DA VIGÊNCIA DO SEGURO	VALOR A SER SEGURADO (R\$) - Cobertura Básica + Acessória
01	Prédio-sede da Justiça Federal de 1º Grau no Tocantins, inclusive os móveis, máquinas e utensílios. Itens de segurança: Extintores, sprinklers, detectores de fumaça, hidrantes e sinalização de emergência. Estrutura: Edificação com pilares, vigas e lajes metálicas, vedações externas em alvenaria e internas no gesso acartonado. Os acabamentos das paredes externas são em granito e pele de vidro. A cobertura possui telhas metálicas e lajes impermeabilizadas.	Edifício Sede da SJTO - Quadra 201 Norte, Conjunto 1, Lote 2A, Palmas – TO CEP: 77.001-128	A partir das 00:00 hora do dia 01/01/2024	R\$34.400.000,00
02	Prédio-Anexo da Justiça Federal de 1º Grau no Tocantins, inclusive os móveis, máquinas e utensílios. Itens de segurança: Extintores, hidrantes e sinalização de emergência. Estrutura: Edificação com pilares, vigas e lajes concreto armado, vedações em alvenaria e esquadrias em vidro temperado. A cobertura é metálica com telhas termoacústicas.	Edifício Anexo da SJTO, Quadra 201 Norte, Conjunto 1, Lotes 2A, Palmas – TO CEP: 77.001-128	A partir das 00:00 hora do dia 01/01/2024	R\$16.650.000,00
03	Prédio-sede da Subseção Judiciária de Araguaína-TO, inclusive móveis, máquinas e utensílios. Itens de segurança: Extintores, hidrantes e sinalização de emergência. Estrutura: Edificação com pilares, vigas e lajes concreto armado, vedações em alvenaria e esquadrias em vidro temperado. A cobertura é metálica com telhas termoacústicas.	Edifício Sede da SSJARN, Av. José de Brito Soares, Quadra M12, Lote 05, Bairro Anhanguera, Araguaína – TO CEP: 77.818-530	A partir das 00:00 hora do dia 01/01/2024	R\$ 5.950.000,00

04	<p>Prédio-anexo da Subseção Judiciária de Araguaína-TO, inclusive móveis, máquinas e utensílios.</p> <p>Itens de segurança: Extintores e sinalização de emergência.</p> <p>Estrutura: Edificação com pilares, vigas e lajes concreto armado, vedações em alvenaria e esquadrias em vidro temperado. A cobertura é metálica com telhas metálicas sem isolamento termo acústico.</p>	<p>Edifício Anexo da SSJARN, Av. José de Brito Soares esquina com rua Caracas, Quadra 01, s/n, lote 24, Bairro Centro, Araguaína-TO CEP: 77.800-000</p>	<p>A partir das 00:00 hora do dia 01/01/2024</p>	<p>R\$ 2.750.000,00</p>
05	<p>Prédio-sede da Subseção Judiciária de Gurupi -TO, inclusive móveis, máquinas e utensílios.</p> <p>Itens de segurança: Extintores e sinalização de emergência.</p> <p>Estrutura: Edificação com pilares, vigas e lajes concreto armado, vedações em alvenaria e esquadrias em vidro temperado. A cobertura é mista com madeira e estrutura metálica com telhas de fibrocimento e cerâmicas.</p>	<p>Av. São Paulo, n. 1.680, Gurupi – TO CEP: 77.403-040</p>	<p>A partir das 00:00 hora do dia 01/01/2024</p>	<p>R\$ 6.100.000,00</p>

ANEXO II DO EDITAL
MODELO DE PLANILHA / PROPOSTA
(valores de referência)

GRUPO ÚNICO:

Item 01 – EDIFÍCIO SEDE - Seccional Palmas – TO	Valor para Cobertura	Valor Estimado do Prêmio Item 01
- Cobertura básica (Incêndio, Raio e Explosão)	27.500.000,00	R\$18.467,20
- Vendaval, Granizo, Queda de aeronaves e Impactos de Veículos	2.750.000,00	
- Danos elétricos	2.750.000,00	
- Responsabilidade civil de operações	1.400.000,00	
VALOR TOTAL - ITEM 01	34.400.000,00	

Item 02 – EDIFÍCIO ANEXO - Seccional Palmas – TO	Valor para Cobertura	Valor Estimado do Prêmio Item 02
- Cobertura básica (Incêndio, Raio e Explosão)	13.000.000,00	R\$ 10.307,28
- Vendaval, Granizo, Queda de aeronaves e Impactos de Veículos	1.500.000,00	
- Danos elétricos	1.500.000,00	
- Responsabilidade civil de operações	650.000,00	

VALOR TOTAL - ITEM 02	16.650.000,00	
------------------------------	----------------------	--

Item 03 – EDIFÍCIO SEDE - Subseção de Araguaína – TO	Valor para Cobertura	Valor Estimado do Prêmio Item 03
- Cobertura básica (Incêndio, Raio e Explosão)	4.350.000,00	R\$5.583,11
- Vendaval, Granizo, Queda de aeronaves e Impactos de Veículos	450.000,00	
- Danos elétricos	900.000,00	
- Responsabilidade civil de operações	250.000,00	
VALOR TOTAL - ITEM 03	5.950.000,00	

Item 04 – EDIFÍCIO ANEXO - Subseção de Araguaína – TO	Valor para Cobertura	Valor Estimado do Prêmio Item 04
- Cobertura básica (Incêndio, Raio e Explosão)	2.000.000,00	R\$ 3.002,30
- Vendaval, Granizo, Queda de aeronaves e Impactos de Veículos	200.000,00	
- Danos elétricos	350.000,00	
- Responsabilidade civil de operações	200.000,00	
VALOR TOTAL - ITEM 04	2.750.000,00	

Item 05 – EDIFÍCIO SEDE - Subseção de Gurupi – TO	Valor para Cobertura	Valor Estimado do Prêmio Item 05
- Cobertura básica (Incêndio, Raio e Explosão)	4.500.000,00	R\$5.583,11
- Vendaval, Granizo, Queda de aeronaves e Impactos de Veículos	450.000,00	
- Danos elétricos	900.000,00	
- Responsabilidade civil de operações	250.000,00	
VALOR TOTAL - ITEM 05	6.100.000,00	

VALOR GLOBAL ESTIMADO DA PROPOSTA (Itens 1 + 2 + 3 + 4 + 5)	R\$ 42.947,00
--	----------------------

**ANEXO III DO EDITAL
MINUTA DE CONTRATO**

CONTRATANTE: UNIÃO/JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO TOCANTINS, inscrito no CNPJ/MF 05.446.379/0001-81, com sede na Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 201 Norte, Conjunto 01, Lote 2-A, Palmas-TO, CEP 77.001-128, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado, conforme atribuições delegadas pela Portaria nº 260, de 23/08/2011, da Diretoria do Foro da Seccional do Tocantins, por seu Diretor da Secretaria Administrativa, RICARDO ANTONIO NOGUEIRA PEREIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Portaria nº 260, de 23/08/2011, da Diretoria do foro da Seccional do Tocantins.

CONTRATADA: SEGUROS GERAIS S.A., inscrita no CNPJ/MF, sediada na, telefone (xx)xxxxxxxx, e-mail xxxxxxxxxxx, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seus procuradores xxxxxxxxxxx, brasileira, CPF n., RG n. SSP/SP e xxxxxxxxxxx,, RG, ambos residentes e domiciliados em São Paulo/SP.

As partes acima qualificadas celebram o presente contrato, com observação ao constante no **Processo Administrativo Eletrônico n. 0002955-47.2023.4.01.8014** e com fundamento na **Lei 8.666/1993; Pregão Eletrônico 10/2023**; demais disposições regulamentares e mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. DO OBJETO

1.1. O objeto deste instrumento consiste na contratação de seguradora para cobertura dos bens móveis e imóveis do Contratante, de acordo com as especificações constantes deste contrato e seus anexos.

2. DA FINALIDADE

2.1. A finalidade deste contrato é suprir a necessidade da Administração em prevenir-se contra eventuais danos causados por sinistros em seus bens móveis e imóveis, cujos prejuízos possam ocasionar dispêndio ao erário.

3. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1. Emitir a apólice de seguro no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, após a assinatura do contrato, consoante prazo regulamentar estabelecido pela superintendência de seguro privado - SUSEP;

3.2. Entregar a apólice do seguro no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, após a assinatura do contrato, **por meio eletrônico com confirmação de recebimento ou à SESEG-TO, na Avenida Teotônio Segurado, Quadra 201 Norte, Conjunto 01, Lote 2-A, CEP 77.001-128, em Palmas - TO, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, no horário compreendido entre 09 e 18 horas;**

3.3. O fato de a SEGURADORA deixar de entregar a apólice no prazo estipulado não invalida a aplicação, dentro do prazo e termos previstos neste instrumento, da cobertura deste serviço em ocorrências de sinistros e/ou problemas correlatos, bem como a aplicação das penas previstas em lei;

3.4. Colocar à disposição da Contratante, 24 horas por dia, durante os 07 dias da semana, central de atendimento para aviso de ocorrência de sinistro, a qual poderá ser acionada por e-mail, telefone, fax ou serviço online;

3.5. Cumprir com as normas estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, inerentes às condições determinadas no presente Termo de Referência;

3.6. A SEGURADORA permanece como única e total responsável perante o SEGURADO, inclusive do ponto de vista técnico, respondendo pela qualidade e presteza no atendimento, principalmente, quando da regularização de situações decorrentes de eventuais sinistros;

3.7. Ocorrendo sinistro dentro do prazo de pagamento do prêmio, sem que o mesmo tenha sido efetuado, o direito à indenização não ficará prejudicado se o SEGURADO cobrir o débito até a data do vencimento, ou no 1º dia útil subsequente, caso este ocorra em finais de semana ou feriados ou ainda por motivos aos quais não deu causa direta ou indiretamente.

3.8. Ocorrendo sinistro, A SEGURADORA deverá realizar a liquidação dos sinistros, em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados a partir do cumprimento de todas as exigências feitas ao segurado.

3.9. A SEGURADORA deverá acatar a quaisquer alterações, tais como inclusão, substituição e exclusão de imóvel na apólice poderão ser solicitadas pelo SEGURADO e processadas pela SEGURADORA, mediante endosso;

3.10. A emissão de Endosso não deverá ser superior ao prazo de 15 (quinze) dias a contar de pedido expresso do SEGURADO.

4. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 4.1. Permitir e facilitar a vistoria dos bens imóveis e móveis;
- 4.2. Apresentar à SEGURADORA todos os documentos referentes à ocorrência do sinistro e de pagamento do prêmio do seguro, bem como todas as informações ou esclarecimentos relativos a documentos e condições necessárias para cobertura securitária dos imóveis segurados;
- 4.3. Comunicar à contratada quaisquer alterações em relação à inclusão/exclusão de bens;
- 4.4. Comunicar à contratada a ocorrência de sinistro, por escrito e imediatamente após sua ocorrência, indicando os danos sofridos e o valor estimado do prejuízo;

5. DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

- 5.1. A execução dos serviços objeto desta contratação será acompanhada por servidor ou comissão designado(a) para este fim.

6. DA APÓLICE DE SEGURO

- 6.1. A Contratada deverá entregar a apólice de seguro no prazo máximo de **15 (quinze) dias corridos** contados da data inicial estabelecida no subitem 11.1 deste contrato, onde constarão todos os dados do seguro e os bens segurados, cobertura, valores contratados e vigência do seguro.
 - 6.1.1. A apólice poderá ser entregue por meio eletrônico com confirmação de recebimento ou à Divisão de Material e Patrimônio – DIMAP, no Setor Bancário Sul, Quadra 02, Bloco D, Edifício Adriana, Brasília-DF, CEP: 70.070-900, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, no horário compreendido entre 09 e 18 horas.
 - 6.1.2. O fato de a Contratada deixar de entregar a apólice no prazo estipulado não invalida a aplicação, dentro do prazo e termos previstos neste instrumento, da cobertura deste serviço em ocorrências de sinistros e/ou problemas correlatos, bem como a aplicação das penas previstas em lei.
- 6.2. Na apólice deverá constar o seguinte:
 - 6.2.1. Identificação da seguradora, com o respectivo CNPJ, o número do processo administrativo da SUSEP que identifica o plano comercializado, as datas de início e fim de sua vigência, e descrição de cada edifício com suas devidas especificações, localizações e valores em risco.
 - 6.2.2. Prêmios discriminados por cobertura, limites máximos de indenização e limites máximos de garantia da apólice.
 - 6.2.3. O nome ou a razão social do segurado.
 - 6.2.4. Todos os procedimentos para a liquidação de sinistros, com especificação dos documentos básicos necessários a serem apresentados para cada tipo de cobertura.
- 6.3. Quaisquer alterações, tais como inclusão, substituição e exclusão de imóvel na apólice poderão ser solicitadas pelo Contratante e deverão ser processadas pela Contratada, mediante endosso.
 - 6.3.1. A emissão de endosso não deverá ser superior ao prazo de **15 (quinze) dias** a contar de pedido expresso do Contratante.

7. DOS RISCOS COBERTOS

- 7.1. O Seguro consiste na garantia de pagamento de indenização por danos ou prejuízos e deverá compreender as seguintes coberturas:
 - 7.1.1. Cobertura básica isenta de franquia, contra incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza, inclusive as decorrentes de tumultos.
 - 7.1.2. Coberturas acessórias para danos elétricos, responsabilidade civil, derrame ou vazamento de chuveiros (sprinklers), furto qualificado e roubo de bens, quebra de vidros, alagamento e inundação.
- 7.2. O Seguro contra Incêndio deverá cobrir, no mínimo, os riscos derivados de incêndio, explosão, mesmo que decorrentes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros ou de tumultos, e, ainda, raio e suas consequências.
 - 7.2.1. Se danos múltiplos e/ou sucessivos forem associados a diversos fatos geradores, sem que haja possibilidade de individualizá-los com respeito àqueles danos, numa relação de causa e efeito perfeitamente definida, o conjunto, formado por todos eles, será interpretado como uma única ocorrência.
- 7.3. Na hipótese de sinistro decorrente de risco simultaneamente amparado por várias coberturas, prevalecerá aquela que for mais favorável ao Contratante, a seu critério, não sendo admitida, em hipótese alguma, a acumulação de coberturas e seus respectivos limites máximos de indenização contratados.
- 7.4. Os eventuais desembolsos efetuados pelo Contratante, decorrentes de despesas de salvamento durante e/ou após a ocorrência do sinistro e os valores referentes aos danos materiais comprovadamente causados pelo Contratante e/ou terceiros com objetivo de evitar o sinistro, minorar o dano, ou salvaguardar o bem, também estão garantidos pelo presente seguro, limitados, porém, ao limite máximo de indenização da cobertura afetada pelo sinistro, quando não contratada cobertura específica.
- 7.5. O prejuízo total relativo a qualquer sinistro amparado por cobertura de responsabilidade civil, cuja indenização esteja sujeita às disposições deste contrato, será constituído pela soma das seguintes parcelas:
 - 7.5.1. Despesas comprovadamente efetuadas pelo Contratante durante e/ou após a ocorrência de danos a terceiros, com o objetivo

de reduzir sua responsabilidade.

7.5.2. Valores das reparações estabelecidas em sentença judicial transitada em julgado e/ou por acordo entre as partes, nesta última hipótese, com a anuência expressa das sociedades seguradoras envolvidas.

7.6. De maneira análoga, o prejuízo total relativo a qualquer sinistro amparado pelas demais coberturas será constituído pela soma das seguintes parcelas:

7.6.1. Despesas de salvamento comprovadamente efetuadas pelo Contratante durante e/ou após a ocorrência do sinistro.

7.6.2. Valor referente aos danos materiais comprovadamente causados pelo Contratante e/ou por terceiros na tentativa de minorar o dano ou salvar a coisa.

7.6.3. Danos sofridos pelos bens segurados.

7.7. As instalações, itens e respectivos valores estão sujeitos a eventuais alterações em razão de novas aquisições ou desfazimento de bens durante o período da cobertura.

7.7.1. Os bens adquiridos após a assinatura do contrato serão considerados cobertos pela apólice, sem ônus adicional para o Contratante.

7.7.2. Os móveis, utensílios, mercadorias, máquinas e equipamentos poderão ser remanejados entre os prédios ou suas dependências pelo Contratante, sem qualquer prejuízo ou adicional à cobertura contratada.

7.8. Os riscos tratados também incluem equipamentos tais como elevadores, geradores, entre outros que façam parte da estrutura de funcionamento do Contratante.

8. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. A despesa com a execução do presente Contrato correrá à conta dos recursos orçamentários consignados no **Programa de Trabalho 02061003342576012 e Elemento de Despesa 3.3.90.39**.

8.2. Foi emitida a **Nota de Empenho 2023NE000.....**, em/11/2023, no valor de **R\$** (.....), para atender as despesas oriundas desta contratação.

9. DO PREÇO

9.1. Para a presente contratação, o Contratante pagará à Contratada o valor de **R\$.....** (.....).

9.2. No preço estão compreendidas todas as despesas concernentes à prestação dos serviços objeto desta contratação tais como transporte, mão de obra, impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, prêmios de seguro, fretes, taxas e outras despesas de qualquer natureza que se façam indispensáveis à perfeita execução do objeto desta contratação, e já deduzidos os abatimentos eventualmente concedidos.

10. DO PAGAMENTO DO PRÊMIO

10.1. O pagamento será efetuado até o **15º (décimo quinto) dia útil**, a contar da data do atesto do documento de cobrança.

10.1.1. O atesto deverá ocorrer no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento do documento de cobrança, devidamente protocolizada/recebida no setor competente do Contratante.

10.1.2. Ocorrendo sinistro dentro do prazo de pagamento do prêmio, sem que o mesmo tenha sido efetuado, o direito à indenização não ficará prejudicado se o Contratante cobrir o débito até a data do vencimento, ou no 1º dia útil subsequente, caso este ocorra em finais de semana ou feriados ou ainda por motivos aos quais não deu causa direta ou indiretamente.

10.2. A regularidade de que trata o subitem 11.9 do edital, especialmente com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF) e a Receita Federal e Dívida Ativa da União (Certidão Conjunta de Débitos relativos à Tributos Federais e à Dívida Ativa da União), será confirmada por meio de consulta on line ao Sistema Unificado de Cadastramento de Fornecedores – SICAF.

10.3. Havendo atraso no prazo estipulado no subitem 10.1 desta Cláusula, não ocasionado por culpa da Contratada, o valor devido será corrigido, monetariamente, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA relativo ao período compreendido entre a data do vencimento do prazo para pagamento e a da sua efetivação. A Contratada deverá formular o pedido, por escrito, ao Contratante, acompanhado da respectiva memória de cálculo e do respectivo documento de cobrança.

10.4. Os pagamentos serão creditados em nome da Contratada, mediante ordem bancária em conta corrente por ela indicada ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas neste Contrato.

10.5. Os pagamentos, mediante emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, serão realizados desde que a Contratada efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

10.6. Havendo erro no documento de cobrança ou outra circunstância que desaprove a liquidação da despesa, esta ficará pendente, e o pagamento interrompido, até que a Contratada providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, quaisquer ônus por parte do Contratante.

10.7. O Contratante poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a eventuais multas, inclusive aquelas em

processo de apuração, ou indenizações, devidas pela Contratada, nos termos deste contrato.

10.8. Os pagamentos estarão sujeitos à retenção na fonte dos tributos, conforme legislação vigente.

11. DA VIGÊNCIA

11.1. O presente instrumento vigorará por 12 (doze) meses, contados **a partir de 01/01/2024**, podendo ser prorrogado por igual período, mediante acordo entre as partes, por meio de Termo Aditivo, até o limite de 60 (sessenta) meses, incluindo os primeiros 12 (doze) meses de vigência, em conformidade com o artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/1993 e suas posteriores alterações.

11.1.1. Este instrumento tem seu término previsto para **31/12/2024**.

11.2. A prorrogação ocorrerá mediante termo aditivo, caso sejam preenchidos os requisitos abaixo enumerados de forma simultânea, e autorizado formalmente pela autoridade competente:

11.2.1. Prestação regular dos serviços.

11.2.2. Manutenção do interesse do Contratante na realização do serviço.

11.2.3. Permanência da vantagem econômica para o Contratante.

11.2.4. Manifestação expressa da Contratada quanto ao interesse na prorrogação.

11.2.5. Contratada não houver sido impedida de licitar e contratar com a União ou declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública.

11.3. No caso de prorrogação do contrato, fica a Contratada obrigada a apresentar nova apólice de seguro, com vigência para o novo período de 12 (doze) meses, sem interrupção com o período anterior.

11.4. A Seção de Patrimônio - SEPAT apresentará à Contratada o valor segurado, para fins da apresentação da nova apólice.

11.4.1. No tocante aos bens imóveis, serão apresentados valores extraídos do Spiunet à época da renovação da apólice.

11.4.2. No tocante aos bens móveis, serão apresentados valores extraídos do sistema de patrimônio da Contratante, à época da renovação da apólice.

12. DA ATUALIZAÇÃO DE VALORES CONTRATADOS DO PRÊMIO

12.1 O preço contratado manter-se-á fixo durante toda a vigência inicial do contrato, exceto quando se tratar de endosso, visando alteração do limite da cobertura contratualmente previsto, solicitado pela Contratante.

12.2 Será permitido reajuste ou desconto, respeitada a periodicidade mínima de um ano a contar da data do início da validade da apólice ou da data do último reajuste/desconto, conforme **acordo a ser negociado entre as partes**, condicionado que no caso de reajuste, **o mesmo estará limitado à variação do IPCA/IBGE – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística** apurado no período, ou de outro índice que passe a substituí-lo.

12.3. Alternativamente, **havendo a prorrogação da vigência contratual prevista no Item 11, como propositura de eventual atualização ou revisão de valor do prêmio**, poderá ser adotado o percentual relativo ao **valor da TAXA DE PRÊMIO - também denominada taxa comercial ou taxa de tarifa, obtido mediante a divisão do prêmio pela importância total segurada, que neste caso não deverá exceder o percentual fixado na proposta inicial vencedora**, integrante do contrato inicial.

12.3.1. Cálculo da Taxa de Prêmio atual deste contrato:

$$\text{Taxa de Prêmio} = \frac{\text{Prêmio Atual da Proposta Vencedora}}{\text{Valor Total Atual Segurado}} = \dots \times 100 = \dots\%$$

12.3.2. **Para o presente contrato a Taxa de Prêmio atual calculada é de%.**

12.4. Eventual pedido de atualização ou revisão do valor da Taxa de Prêmio deverá ser justificado, inclusive poderá ser apresentada metodologia de cálculo do reajuste do prêmio diferente da apresentada acima, desde que reflita a realidade de mercado futuro desse ramo e haja anuência desta Contratante, em consonância com o disposto no artigo 65, inciso II, alínea "d" da Lei nº 8.666/1993 e suas posteriores alterações.

12.5 No interesse da Contratante e acordado com a Contratada, poderá o Contratante subscrever nova proposta ou solicitar emissão de endosso, para alteração do limite da garantia contratualmente previsto, podendo o objeto desta licitação ser suprimido ou aumentado até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado para contratação, facultada a supressão além desse limite, por acordo entre as partes, conforme disposto no artigo 65, § 1º e 2º, inciso II, Lei nº 8.666/1993.

13. DO AVISO DE SINISTRO

13.1. A Contratada deverá colocar à disposição da Contratante, 24 horas por dia, durante os 07 dias da semana, central de

atendimento para aviso de sinistro, podendo as solicitações serem efetuadas por e-mail, telefone, fax ou serviço online, com acessibilidade em todo o território nacional, devendo fornecer número de protocolo de atendimento da chamada;

13.2. Após registro de sinistro, a Contratada terá, no máximo, 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do registro, para realizar a vistoria no local do dano e proceder às devidas formalidades, visando o pagamento da indenização aplicável ao caso.

14. DAS PENALIDADES

14.1. Pela inexecução das condições estipuladas a Contratada ficará sujeita às penalidades de advertência, multa, suspensão temporária do direito de licitar e contratar com Justiça Federal de 1º Grau no Tocantins e/ou declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, de acordo com os artigos 86 a 88 da Lei nº 8.666/93, cabendo defesa prévia, recurso e vista do processo, nos termos do artigo 109 do referido diploma legal, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

15. DO FUNDAMENTO LEGAL E DA VINCULAÇÃO

15.1. O presente contrato fundamenta-se na Lei nº 8.666/1993 e regular-se-á pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, e a eles serão aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

15.2. O presente contrato vinculado à proposta da CONTRATADA, bem assim ao **Termo de Referência - Anexo I do edital do Pregão Eletrônico Nº 10/2023, cujo inteiro teor constitui parte integrante deste contrato**, conforme disposições constantes do *PAE-SEI 0002955-47.2023.4.01.8014*.

16. DA ALTERAÇÃO E DA RESCISÃO CONTRATUAL

16.1. Este contrato poderá ser alterado, nos termos do art. 65 da Lei nº 8.666/93, observados os preços e descontos constantes da proposta originária, para fixação de novo valor contratual.

16.2. A CONTRATANTE reserva-se o direito de rescindir, unilateralmente, o presente Contrato, na ocorrência de qualquer situação prevista na Cláusula anterior, bem como pelos motivos relacionados no art. 78, incisos I a XII e XVII e art. 79, I e art. 80 e seus respectivos incisos e parágrafos, todos da Lei nº 8.666/93.

16.3. Poderá, ainda, ser rescindido o presente Contrato, por acordo entre as partes ou judicialmente, nos termos previstos no art. 79, incisos II e III da Lei nº 8.666/93.

17. DA PUBLICAÇÃO

17.1. O presente Contrato será publicado em forma de extrato, no D.O.U, em conformidade com o disposto no Parágrafo Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

18. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1. Toda e qualquer comunicação/informação/notificação/intimação e envio de documentos (contrato e demais documentos) à Contratada será feita pelo e-mail informado no preâmbulo deste contrato, ou outro que o substitua, apontado formalmente pela Contratada.

18.2. É de exclusiva responsabilidade da Contratada o fornecimento e manutenção de e-mail atualizado, até mesmo na hipótese de obrigações pós-contratuais.

18.3. Em caso de inobservância do previsto no subitem 18.2, o Contratante poderá realizar a comunicação/informação/notificação/intimação via postal/pessoal, ressalvadas as hipóteses legais em que se determine publicação no Diário Oficial da União.

19. DO FORO

19.1. Fica eleito pelas partes o foro federal, em Palmas - TO, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Contrato, com renúncia de qualquer outro.

Por estarem as partes de acordo, assinam eletronicamente o presente instrumento para uma só forma e teor e produza os efeitos legais.

RICARDO ANTONIO NOGUEIRA PEREIRA

Diretora da Secretaria de Gestão Administrativa

.....

Representante Legal

.....

ANEXO I AO CONTRATO N. xxxx/2023

BENS, VALORES E COBERTURAS

Ed. Sede - Seção Judiciária no Tocantins - Quadra 201 Norte, Conjunto 1, Lote 2A, Palmas – TO CEP: 77.001-128 Área: 5.848,58 m² (Escritórios)				
Coberturas	Risco	LMI	Franquias	Valor Do Prêmio
Incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza	Absoluto	R\$ 27.500.000,00	<i>sem franquia</i>
Vendaval, Granizo, Queda de aeronaves e impactos de Veículos	Absoluto	R\$ 2.750.000,00	<i>até 10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$500,00</i>	
Danos elétricos	Absoluto	R\$ 2.750.000,00	<i>até 10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$500,00</i>	
Responsabilidade civil	Absoluto	R\$ 1.400.000,00	<i>sem franquia</i>	

Ed. Anexo - Seção Judiciária no Tocantins- Quadra 201 Norte, Conjunto 1, Lote 2A, Palmas – TO CEP: 77.001-128 Área: 3.898,19 m² (Escritórios)				
Coberturas	Risco	LMI	Franquias	Valor do Prêmio
Incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza	Absoluto	R\$ 13.000.000,00	<i>sem franquia</i>
Vendaval, Granizo, Queda de aeronaves e impactos de Veículos	Absoluto	R\$ 1.500.000,00	<i>até 10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$500,00</i>	
Danos elétricos	Absoluto	R\$ 1.500.000,00	<i>até 10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$500,00</i>	
Responsabilidade civil	Absoluto	R\$650.000,00	<i>sem franquia</i>	

Ed. Sede - Subseção Judiciária de Araguaína - Av. José de Brito Soares, Quadra M12, Lote 05, Bairro Anhanguera, Araguaína – TO CEP: 77.818-530 Área: 1.049,01 m² (Escritórios)				
Coberturas	Risco	LMI	Franquias	Valor do Prêmio
Incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza	Absoluto	R\$4.350.000,00	<i>sem franquia</i>	

Vendaval, Granizo, Queda de aeronaves e impactos de Veículos	Absoluto	R\$450.000,00	até 10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$500,00
Danos elétricos	Absoluto	R\$900.000,00	até 10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$500,00	
Responsabilidade civil	Absoluto	R\$250.000,00	sem franquia	

Ed. Anexo - Subseção Judiciária de Araguaína - Av. José de Brito Soares esquina com rua Caracas, Quadra 01, s/n, lote 24, Bairro Centro, Araguaína-TO

CEP: 77.800-000

Área: 508,35 m²

(Escritórios)

Coberturas	Risco	LMI	Franquias	Valor do Prêmio
Incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza	Absoluto	R\$ 2.000.000,00	sem franquia
Vendaval, Granizo, Queda de aeronaves e impactos de Veículos	Absoluto	R\$ 200.000,00	até 10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$500,00	
Danos elétricos	Absoluto	R\$ 350.000,00	até 10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$500,00	
Responsabilidade civil	Absoluto	R\$200.000,00	sem franquia	

Ed. Sede - Subseção Judiciária de Gurupi - Av. São Paulo, n. 1.680, Gurupi – TO CEP: 77.403-040

CEP: 77.403-040

Área: 782,39 m²

(Escritórios)

Coberturas	Risco	LMI	Franquias	Valor do Prêmio
Incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza	Absoluto	R\$ 4.500.000,00	sem franquia
Vendaval, Granizo, Queda de aeronaves e impactos de Veículos	Absoluto	R\$ 450.000,00	até 10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$500,00	
Danos elétricos	Absoluto	R\$ 900.000,00	até 10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$500,00	
Responsabilidade civil	Absoluto	R\$250.000,00	sem franquia	

ANEXOS II AO CONTRATO Nº xx/2023 - ITENS / VALORES SEGURADOS

ITEM	PRÉDIO	LOCALIZAÇÃO	INÍCIO DA VIGÊNCIA DO SEGURO	VALOR A SER SEGURADO Cobertura Básica + Acessória (R\$)

01	<p>Prédio-Sede da Justiça Federal de 1º Grau no Tocantins, inclusive os móveis, máquinas e utensílios.</p> <p>Itens de segurança: Extintores, sprinklers, detectores de fumaça, hidrantes e sinalização de emergência.</p> <p>Estrutura: Edificação com pilares, vigas e lajes metálicas, vedações externas em alvenaria e internas no gesso acartonado. Os acabamentos das paredes externas são em granito e pele de vidro. A cobertura possui telhas metálicas e lajes impermeabilizadas.</p>	<p>Edifício Sede da SJTO - Quadra 201 Norte, Conjunto 1, Lote 2A, Palmas – TO CEP: 77.001-128</p>	<p>A partir das 00:00 hora do dia 01/01/2024</p>	<p>R\$34.400.000,00</p>
02	<p>Prédio-Anexo da Justiça Federal de 1º Grau no Tocantins, inclusive os móveis, máquinas e utensílios.</p> <p>Itens de segurança: Extintores, hidrantes e sinalização de emergência.</p> <p>Estrutura: Edificação com pilares, vigas e lajes concreto armado, vedações em alvenaria e esquadrias em vidro temperado. A cobertura é metálica com telhas termoacústicas.</p>	<p>Edifício Anexo da SJTO, Quadra 201 Norte, Conjunto 1, Lotes 2A, Palmas – TO CEP: 77.001-128</p>	<p>A partir das 00:00 hora do dia 01/01/2024</p>	<p>R\$16.650.000,00</p>
03	<p>Prédio-Sede da Subseção Judiciária de Araguaína-TO, inclusive móveis, máquinas e utensílios.</p> <p>Itens de segurança: Extintores, hidrantes e sinalização de emergência.</p> <p>Estrutura: Edificação com pilares, vigas e lajes concreto armado, vedações em alvenaria e esquadrias em vidro temperado. A cobertura é metálica com telhas termoacústicas.</p>	<p>Edifício Sede da SSJARN, Av. José de Brito Soares, Quadra M12, Lote 05, Bairro Anhanguera, Araguaína – TO CEP: 77.818-530</p>	<p>A partir das 00:00 hora do dia 01/01/2024</p>	<p>R\$ 5.950.000,00</p>
04	<p>Prédio-Anexo da Subseção Judiciária de Araguaína-TO, inclusive móveis, máquinas e utensílios.</p> <p>Itens de segurança: Extintores e sinalização de emergência.</p> <p>Estrutura: Edificação com pilares, vigas e lajes concreto armado, vedações em alvenaria e esquadrias em vidro temperado. A cobertura é metálica com telhas metálicas sem isolamento termo acústico.</p>	<p>Edifício Anexo da SSJARN, Av. José de Brito Soares esquina com rua Caracas, Quadra 01, s/n, lote 24, Bairro Centro, Araguaína-TO CEP: 77.800-000</p>	<p>A partir das 00:00 hora do dia 01/01/2024</p>	<p>R\$ 2.750.000,00</p>
05	<p>Prédio-Sede da Subseção Judiciária de Gurupi - TO, inclusive móveis, máquinas e utensílios.</p> <p>Itens de segurança: Extintores e sinalização de emergência.</p> <p>Estrutura: Edificação com pilares, vigas e lajes concreto armado, vedações em alvenaria e esquadrias em vidro temperado. A cobertura é mista com madeira e estrutura metálica com telhas de fibrocimento e cerâmicas.</p>	<p>Av. São Paulo, n. 1.680, Gurupi – TO CEP: 77.403-040</p>	<p>A partir das 00:00 hora do dia 01/01/2024</p>	<p>R\$ 6.100.000,00</p>



Documento assinado eletronicamente por **Sidney Martins Jales, Supervisor(a) de Seção**, em 24/11/2023, às 09:33 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trf1.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **19466224** e o código CRC **D9251D58**.